

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais, a Administração da Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas ao exercício de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. apresentou um lucro líquido de R\$ 669.098, principalmente, em função do aumento de rendas de administração. Conforme contrato social da Administradora Consórcio Nacional Honda Ltda., os lucros

terão a destinação que lhes for dado pelos cotistas. A distribuição de lucros poderá ser feita sem obediência à participação dos cotistas no capital próprio. Além da distribuição de lucros mencionada acima, a empresa poderá ainda, a qualquer momento, declarar pagamento de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação em vigor.

A empresa por deliberação dos cotistas, poderá levantar balanço intermediário e distribuir entre eles o lucro então apurado, assim como distribuir lucros acumulados. As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas anualmente nas demonstrações financeiras da controladora Honda Motor Co., Ltd.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

ATIVO			PASSIVO		
	Nota Explicativa	2025		Nota Explicativa	2025
Circulante.....		1.383.801	Circulante.....		1.096.528
Caixa e Equivalente de Caixa		125.308	Outros Passivos		1.096.528
Disponibilidades		53	Provisões		35.878
Depósitos bancários	(4)	53	Provisões para contingências	(12)	35.878
Ativo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado		125.255	Outras Obrigações		1.060.650
Títulos e Valores Mobiliários.....		125.255	Fiscais e previdenciárias.....		52.241
Títulos de Renda Fixa	(4)	125.255	Recursos a devolver - grupos encerrados	(11)	134.527
Ativo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado		591.376	Rendas antecipadas	(13)	486.138
Títulos e Valores Mobiliários.....		591.376	Diversos	(14)	387.744
Títulos de renda fixa.....	(5)	591.376	Exigível a Longo Prazo		1.461.272
Ativo Financeiro Mensurado ao Custo Amortizado		33.777	Outros Passivos		1.461.272
Rendas a receber	(6)	27.656	Passivo Fiscal Diferido.....		123.285
Diversos		6.121	Passivo Fiscal Diferido.....	(15d)	123.285
Outros Créditos		633.340	Provisões		11.834
Despesas antecipadas.....	(8)	533.604	Provisões para contingências	(12)	11.834
Impostos a compensar.....		45.045	Outras Obrigações		1.326.153
Impostos a diferir	(7)	54.691	Rendas antecipadas	(13)	698.153
Realizável a Longo Prazo		2.767.098	Diversos	(14)	628.000
Ativo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado		1.747.033	Patrimônio Líquido		1.593.099
Títulos e Valores Mobiliários.....		1.747.033	Capital social de domiciliados no país		4.600
Títulos de renda fixa.....	(5)	1.747.033	Reserva Legal.....		920
Créditos Tributários		33.046	Lucros acumulados.....		1.587.579
Créditos tributários.....	(15c)	33.046			
Outros Créditos		946.961			
Despesas antecipadas.....	(8)	867.033			
Depósitos judiciais		1.386			
Impostos a diferir	(7)	78.542			
Permanente		40.058			
Imobilizado.....	(9)	5.146			
Intangível	(10)	34.912			
Total do Ativo		4.150.899	Total do Passivo		4.150.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.600	920	2.076.481	2.082.001
Lucro líquido do exercício	-	-	669.098	669.098
Distribuição de lucros.....	-	-	(1.158.000)	(1.158.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.600	920	1.587.579	1.593.099
Saldos em 30 de junho de 2025	4.600	920	2.120.768	2.126.288
Lucro líquido do semestre.....	-	-	394.811	394.811
Distribuição de lucros.....	-	-	(928.000)	(928.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.600	920	1.587.579	1.593.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por quota do capital social)

	Nota Explicativa	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Receita de Títulos e Valores Mobiliários.....		187.297	333.585
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	(18)	187.297	333.585
Receitas de Prestação de Serviços		1.285.497	2.454.179
Rendas de taxa de administração de consórcios.....		1.285.497	2.454.179
Outras (Despesas)/Receitas Operacionais		(904.485)	(1.806.449)
Despesas administrativas.....	(20b)	(858.504)	(1.729.453)
Despesas com pessoal.....		(3.706)	(6.561)
Despesas tributárias	(19)	(160.801)	(303.267)
Outras despesas operacionais	(20d)	(14.202)	(28.958)
Outras receitas operacionais	(20c)	132.728	261.790
Resultado Operacional		568.309	981.315
Resultado não Operacional	(20e)	30.969	32.078
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		599.278	1.013.393
Imposto de renda.....	(15a)	(130.025)	(250.443)
Contribuição social	(15a)	(46.824)	(90.195)
Impostos diferidos.....	(15b)	(27.618)	(3.657)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		394.811	669.098
Lucro Líquido por Quota - R\$.....		85,83	145,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO
INDIRETO - SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Lucro antes dos Impostos do Semestre/Exercício Ajustados	607.384	792.740
Resultado antes da tributação sobre o lucro	599.278	1.013.393
Depreciações e amortizações	4.100	8.351
Baixa de imobilizado/intangível de uso.....	49	301
Despesas com provisões contingentes	3.600	6.507
(Rendas) / despesas em títulos e valores mobiliários	(876)	(63.401)
Resultado diferido	1.233	(172.411)
Variação de Ativos e Obrigações	(558.567)	(457.589)
(Aumento) / redução em títulos e valores mobiliários.....	(291.129)	(298.158)
(Aumento) / redução em outros créditos	299.830	333.575
Imposto de renda e contribuição social pagos	(154.799)	(282.875)
(Aumento) / redução Imposto de renda retido na fonte	(23.806)	(39.870)
Aumento / (redução) em outras obrigações	(498.534)	(825.553)
(Aumento) / redução em outros valores e bens.....	109.871	655.292
Atividades Operacionais.....	48.817	335.151
Aquisição de imobilizado de uso	(727)	(2.142)
Aplicação de intangível de uso	(5.968)	(12.264)
Atividades de Investimentos	(6.695)	(14.406)
Distribuição de Lucros	-	(230.000)
Atividades de Financiamentos	-	(230.000)
Aumento / (Redução) Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	42.122	90.745
Saldo de caixa e equivalentes no início do período/exercício.....	83.186	34.563
Saldo de caixa e equivalentes no final do período/exercício.....	125.308	125.308
Aumento / (Redução) Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	42.122	90.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Lucro do semestre/ exercício.....	394.811	669.098
Resultado abrangente total	394.811	669.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais)

ATIVO			PASSIVO		
	Notas Explicativas	2025		Notas Explicativas	2025
Circulante		9.276.659	Circulante		9.276.659
Disponibilidades.....		6.910	Outras obrigações		9.276.659
Aplicações financeiras.....	3.ii.I	3.330.851	Obrigações com consorciados	3.ii.III	4.659.414
Outros créditos		5.938.898	Valores a repassar.....	3.ii.III	291.257
Direito junto a consorciado contemplado.....	3.ii.II	5.938.898	Obrigações por contemplação a entregar	3.ii.III	2.012.966
Compensação		46.388.782	Obrigações com a Administradora	3.ii.III	36
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	3.ii.IV	819.303	Recursos a devolver aos consorciados desligados.....	3.ii.III	1.382.549
Contribuições devidas ao grupo	3.ii.V	24.018.164	Recursos do grupo	3.ii.III	930.437
Valor dos bens ou serviços a contemplar	3.ii.V	21.551.315	Compensação		46.388.782
Total Geral do Ativo		55.665.441	Recursos mensais a receber de consorciados.....	3.ii.IV	819.303
			Obrigações dos grupos por contribuições	3.ii.V	24.018.164
			Bens ou serviços a contemplar - valor.....	3.ii.V	21.551.315
			Total Geral do Passivo		55.665.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Disponibilidades no Início do Semestre/Exercício		3.184.508	3.244.906
Disponibilidades.....		2.485	10.145
Aplicações financeiras dos grupos		1.245.320	1.073.612
Aplicações financeiras vinculadas à contemplação.....		1.936.703	2.161.149
Recursos Coletados	3.ii.VI	7.637.172	14.589.399
Contribuições para aquisição de bens.....		5.435.892	10.323.741
Taxa de administração		1.351.790	2.594.185
Contribuição ao fundo de reserva.....		283.118	542.014
Rendimentos de aplicações financeiras		188.432	332.185
Multas e juros moratórios		15.442	29.508
Prêmios de seguros.....		275.679	529.300
Outros.....		86.819	238.466
Recursos Utilizados	3.ii.VI	(7.483.919)	(14.496.544)
Aquisição de bens		(5.196.351)	(10.191.584)
Taxa de administração		(1.351.790)	(2.594.186)
Multas e juros moratórios		(7.725)	(14.761)
Prêmios de seguros.....		(269.075)	(523.529)
Devolução a consorciados desligados.....		(243.556)	(397.859)
Outros.....		(415.422)	(774.625)
Disponibilidades no Final do Semestre/Exercício		3.337.761	3.337.761
Disponibilidades.....		6.910	6.910
Aplicações financeiras dos grupos	20.a	1.317.885	1.317.885
Aplicações financeiras vinculadas à contemplação.....	20.a	2.012.966	2.012.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais)**1. Contexto operacional**

A Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. ("Administradora"), com sede na cidade de São Caetano do Sul - SP, tem como objetivo social a constituição e administração de grupos de consórcio. Iniciou suas atividades em 1981, administrando grupos para aquisição de bens e produtos da marca Honda.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Legislação Societária nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, levando em consideração as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN até o momento e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial. A Administradora optou pela isenção facultada pela norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, nas demonstrações financeiras referentes ao ano de 2025.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2026.

3. Principais práticas contábeis da administradora e dos grupos de consórcio

Em novembro de 2023, foi publicada a Resolução BCB nº 352/2023, que estabelece novas regras contábeis para a classificação, mensuração e reconhecimento dos instrumentos financeiros no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

As novas resoluções substituem normativos anteriores do Banco Central do Brasil, incluindo a Resolução CMN nº 2.682/1999, que estabelecia a metodologia para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, e as Circulares BCB nº 3.068/2001 e nº 3.082/2003, aplicáveis à contabilização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A resolução BCB nº 352/23 estabelece às instituições financeiras avaliem seus instrumentos financeiros e os classifiquem e mensurem conforme as regras de negócio estipuladas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos as resoluções requerem que as

instituições mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

Impactos Estimados da Adoção das Novas Normas

Não tivemos impactos relevantes estimados dos novos normativos nas demonstrações financeiras em comparação com as emitidas para o exercício de 2024, conforme quadro abaixo:

Ativo	31/12/2024		01/01/2025	
	Saldo Publicado	Transfe- rências/ Reclassi- ficações	Saldo Inicial	Info. Suplementar
Disponibilidades.....	195	-	195	
Títulos e Valores Mobiliários	2.011.218	-	2.011.218	
Rendas a receber.....	27.359	-	27.359	
Diversos.....	59	-	59	
Outros créditos	1.314.328	-	1.314.328	
Créditos tributários	30.215	-	30.215	
Permanente	34.304	-	34.304	
Total do Ativo	3.417.678	-	3.417.678	
Passivos	31/12/2024		01/01/2025	
	Saldo Publicado	Transfe- rências/ Reclassi- ficações	Saldo Inicial	Info. Suplementar
Provisões.....	41.205	-	41.205	
Outras obrigações	1.177.675	-	1.177.675	
Passivo Fiscal Diferido	116.797	-	116.797	
Patrimônio Líquido	2.082.001	-	2.082.001	
Total do Passivo	3.417.678	-	3.417.678	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 (Em milhares de reais)

Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados provenientes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 - 31/12/2024 2.082.001

Efeito da adoção inicial Resolução BCB nº 352/23 -

Patrimônio líquido após ajustes da Resolução BCB nº 352/23 - 01/01/2025 2.082.001

Modelo Proposto da Resolução BCB nº 352/23 e normas correlatas

Os principais aspectos contidos na nova resolução são:

— Classificação de Instrumentos Financeiros

O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de "somente principal e juros" (SPPJ). Com base no supracitado, o ativo será classificado como:

i) **Custo Amortizado:** aplicável quando o modelo de negócios visa obter os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos consistem exclusivamente no pagamento de principal e juros.

ii) **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** utilizado quando o modelo de negócios objetiva tanto a obtenção dos fluxos de caixa contratuais quanto a venda dos ativos, desde que os fluxos de caixa sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros.

iii) **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** adotado quando o modelo de negócios foca na negociação dos ativos ou quando os fluxos de caixa não correspondem apenas a pagamentos de principal e juros.

(i) Da administradora
I. Ativos Financeiros
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes ou que não atendam aos critérios estabelecidos no Teste de SPPI (Somente Pagamento de Principal e Juros). Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

No cenário da Administradora, esta classe de ativo é composta por certificado de depósito bancário pós fixados valorizados diariamente pela curva do CDI que correspondem ao valor justo das aplicações e cotas de fundos de investimentos que são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo e a estratégia definida para esses instrumentos financeiros tem por objetivo coletar os fluxos de caixa em período curto de prazo, independentemente do prazo do fundo. Portanto, a mensuração deste ativo é valor justo por meio do resultado.

Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Nesta categoria são incluídos os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

a) O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e

b) Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

No cenário ativo da Administradora, incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável) e são avaliados por provisão para perdas associadas ao risco de crédito a cada data de balanço, quando aplicável.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Resolução BCB nº 352/23 institui que um novo conceito para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito onde conforme o enquadramento segmento prudencial, as instituições financeiras devem adotar a metodologia completa ou simplificada para perda. Em razão de a Administradora estar enquadrada no segmento S4, a metodologia aplicada é a simplificada.

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, devem ser consideradas a perda incorrida dos instrumentos financeiros, conforme o tipo de carteira e os percentuais definidos pela resolução para operações adimplidas e inadimplidas, conforme orientação da Resolução BCB nº 352/23, art. 76.

Atualmente, as provisões são reconhecidas se, e somente se, existir evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos, como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e esse evento de perda tem um impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros previstos do ativo que podem ser estimados de forma confiável. Sob o padrão atual, as perdas incorridas são medidas através de informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados e condições atuais. De acordo com a Resolução BCB nº 352/23, as perdas deverão ser mensuradas através da aplicação dos fatores percentuais de perda incorrida, segregados aos tipos de carteira (C1 a C5) a serem contados a partir do inadimplemento. Adicionalmente, as Instituições Financeiras que adotam o modelo simplificado, deverão constituir, para as operações adimplidas e inadimplidas, provisão adicional, conforme expediente da referida Resolução, seguindo os critérios estabelecidos no anexo II desta Resolução.

Os ativos financeiros da Administradora que são mensurados ao custo amortizado, não apresentam histórico de inadimplência nem evidenciam exposição relevante ao risco de crédito. Não foram identificados sinais de deterioração na qualidade de crédito ou redução na capacidade de recuperação dos valores.

Definição de Ativo Problemático

A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. A Administradora possui valores a receber referente a taxa de administração dos grupos de consórcios. Esta taxa de administração se enquadra como um instrumento financeiro e é o objeto de avaliação da perda esperada. Quando os modelos de perda indicarem que um ativo se torna problemático, sejam por aspectos qualitativos quanto qualitativos, o reconhecimento de receita é cessado.

Baixa de Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução BCB nº 352/23, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.

O critério de baixa definido pela Administradora, segue o mesmo modelo do Banco Honda S.A., sendo considerado o *write-off* (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) em doze meses (360 dias), sendo três meses de atraso mais nove meses até o lançamento à prejuízo.

II. Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Conforme previsto na Resolução BCB nº 352/23, Artigo 9º, a Administradora deve classificar os passivos financeiros na categoria custo amortizado, exceto:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;

- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica; e

- Contratos híbridos.

Levando em consideração os requerimentos técnicos trazidos pelo normativo e tendo em vista o portfólio de passivos financeiros da Administradora, conforme elencado acima, conclui-se que os passivos financeiros classificam-se como "Custo Amortizado", quando aplicável. Isto pelo fato de a Administradora não possuir qualquer passivo financeiro sujeito às exceções para classificação como "Custo Amortizado" conforme definido pela Resolução BCB nº 352/23.

III. Resultado das operações

A receita de taxa de administração devida pelos participantes dos grupos de consórcio bem como a despesa de comissão decorrente de comercialização de cotas por terceiros, é apropriada ao resultado de acordo com o princípio da competência, refletindo a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado, conforme disposições da Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021, sendo que as despesas pagas e receitas recebidas antecipadamente são diferidas no resultado ao longo do prazo do contrato.

IV. Estimativas contábeis

Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas contábeis incluem o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. As liquidações das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores diferentes dos estimados. A Administradora revisa as estimativas e premissas mensalmente.

V. Outros Créditos
a. Créditos tributários

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, a diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos seguindo a mesma premissa adotada na apuração do imposto de renda e contribuição social, conforme item VI. - "Passivos circulante e exigível a longo prazo", a seguir. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e reversão das respectivas provisões sobre os quais foram constituídos.

b. Ativos contingentes

A Administradora não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. A Administradora não possui ativos contingentes reconhecidos em 31 de dezembro de 2025.

c. Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

VI. Permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação de bens, calculada pelo método linear à taxa de 10% ao ano para móveis e utensílios e instalações e taxa de 20% ao ano equipamentos de informática, que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
- Intangível representado por *software*, com vida útil definida e cuja utilização trará benefício econômico futuro e é amortizado pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

VII. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida a perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do exercício.

VIII. Outros Passivos
a. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:

- Imposto de renda: 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício;
- Contribuição social: 9% sobre o lucro tributário.

b. Passivos contingentes e obrigações legais

Os passivos contingentes são contabilizados com base nas informações dos assessores jurídicos, e no histórico de perdas referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. As obrigações legais cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente são devidamente provisionadas.

Os processos judiciais cujos riscos de perda foram classificados como possível por nossos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação.

c. Outras Obrigações

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridas.

IX. Resultados recorrentes e não recorrentes

As práticas contábeis para definição dos resultados recorrentes e não recorrentes foram efetuadas conforme Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, a qual, define as prerrogativas de descrição e evidência nas demonstrações financeiras das instituições. Assim, foram considerados os seguintes critérios para resultados não recorrentes:

- Não estar relacionado ou estar relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição;
- Não estar previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

(i) Dos grupos de consórcio
1. Aplicações financeiras

Representam os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos e inclui também os saldos dos grupos encerrados, aplicados segundo determinações do BACEN. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum, fundo de reserva de cada grupo e aos créditos vinculados para a aquisição de bens.

Os saldos das aplicações financeiras englobam os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ajustados ao valor de mercado ou de realização quando aplicável.

Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de um rateio diário, proporcional à participação de cada grupo no total das receitas.

Tipos de Grupos em 31 de dezembro de 2025:

	Dez/2025
Quantidade de grupos ativos.....	3.520
Quantidade de grupos encerrados remanescentes	230

II. Outros créditos

Representam predominantemente os valores a receber de consorciados já contemplados, registrados pelos valores de realização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 (Em milhares de reais)

III. Outras obrigações

Representam as obrigações dos grupos de consórcio registradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidas dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas quando aplicável como segue:

	Dez/2025
Obrigações com consorciados	4.659.414
Valores a repassar	291.257
Obrigações por contemplações a entregar	2.012.966
Recursos a devolver aos consorciados	1.382.549
Recursos do Grupo	930.437
Outras obrigações com a Administradora	36

IV. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados, inclusive os em atraso, para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, deduzidos de taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do crédito vigente na data das demonstrações financeiras.

V. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições e Valor dos bens ou serviços a contemplar

Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.

O Valor dos bens ou serviços a contemplar correspondem aos valores dos créditos a serem contemplados em assembleias futuras, calculados com base no valor do crédito vigente na data das demonstrações financeiras.

Informações de grupos:

	Dez/2025
Quantidade de grupos em andamento	3.750
Quantidade de bens entregues acumulados	1.286.659
Taxa inadimplência	11,41%
Quantidade cotas ativas acumuladas	2.444.662
Quantidade cotas canceladas acumuladas	2.255.626
Quantidade de bens pendentes de entrega acumulado	1.158.003

	Dez/2025
Quantidade de bens entregues no exercício	527.298
Quantidade cotas subscritas e ativas no exercício	880.841
Quantidade cotas canceladas no exercício	811.807

VI. Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio e os rendimentos financeiros deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebida dos participantes dos grupos é composto por:

- Valor do bem adquirido;
- Taxa de administração;
- Fundo de reserva;
- Seguro.

Estes valores são apurados conforme o percentual de pagamento mensal estabelecido de acordo com o prazo de duração dos grupos. O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo, conforme previsão contratual. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos para:

- Entrega de bem;
- Repasse de taxa de administração;
- Repasse de prêmio de seguro;
- Devoluções e distribuição de valores remanescentes de fundo de reserva.

4. Caixa e equivalentes de caixa - Administradora

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	Dez/2025
Disponibilidades	53

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Certificados de depósito bancário	125.255
Total	125.308

Referem-se a operações com prazo igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Títulos e valores mobiliários - Administradora

Referem-se a certificados de depósitos bancários, com possibilidade de resgate antecipado e a aplicações em fundos de investimento em cotas de renda fixa, tendo como origem principalmente os recursos não procurados, conforme a seguinte disposição:

	Dez/2025
Certificados de depósito bancário	2.203.337
De 91 a 180 dias	177.450
De 181 a 360 dias	413.926
Acima de 360 dias	1.611.961

Não existe diferença entre o valor justo divulgado e o valor do custo atualizado.

Cotas de fundo de investimento	135.072
Bradesco H Referenciado DI	134.403
Itaú Federal Provision	669
Total	2.338.409

6. Rendas a receber

Composição das rendas a receber da Administradora:

	Dez/2025
Taxa de administração	26.234
Outros valores a receber	1.422
Total	27.656

7. Impostos a Diferir

Referem-se aos impostos sobre taxa de administração e comissão a diferir, conforme a seguir:

	Dez/2025
ISS	23.686
COFINS	90.006
PIS	19.541
Total	133.233

8. Despesas Antecipadas

A composição das despesas antecipadas da Administradora está representada conforme a seguir:

	Dez/2025
Comissões pagas a diferir	1.399.771
Outras despesas antecipadas	866
Total	1.400.637

9. Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado estão representadas conforme a seguir:

	Móveis Instalações	Veículos	Equipamentos de informática	Imobilização em Curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.156	368	3.141	-	4.665
Adições	402	318	-	889	533
Transferências	125	272	-	90	(487)
Baixas	-	(2)	(169)	(11)	(46)
Depreciação	(13)	(202)	(47)	(1.171)	(1.433)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	514	1.542	152	2.938	5.146

10. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível estão representadas conforme a seguir:

	Software	Outros Intangível em Andamento	Sistema DPD	Licenças Direito Uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	294	15.075	14.223	47	29.639
Adições	-	12.264	-	-	12.264
Transferências	-	(6.898)	6.898	-	-
Baixas	-	(73)	-	-	(73)
Amortização	(86)	-	(6.801)	(31)	(6.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	208	20.368	14.320	16	34.912

11. Recursos a devolver

Refere-se essencialmente a recursos correspondentes a saldos não reclamados de cotistas de grupos encerrados contabilmente que passaram a ser geridos pela Administradora na forma disposta pela Circular nº 3.432/09 do BACEN e Lei 11.795/08. O saldo dos referidos recursos encontra-se aplicado em fundos de investimento.

	Dez/2025
Grupos Encerrados Contabilmente	38.321
Saldos de Grupos Encerrados Contabilmente a Devolver	134.527

A partir de janeiro de 2022 os saldos a devolver para grupos encerrados contabilmente após início da Lei nº 11.795/2008 passaram a ser controlados em contas de compensação. Conforme a Resolução BCB nº 156, de 19 de outubro de 2021, apenas os recursos não procurados dos grupos de consórcios encerrados antes de 2008, aplicados pela administradora de consórcios e que ainda não foram resgatados pelos consorciados, permanecem reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de recursos não procurados registrados em contas de compensação correspondem a R\$ 249.988.

12. Passivos contingentes e obrigações legais

A Administradora possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e outros assuntos, como segue:

	Dez/2025
Contingências cíveis	23.668
Contingências fiscais	24.044
Total das contingências	47.712

a. Movimentação dos processos

	Dez/2024		Dez/2025	
	Saldo Inicial	Adição/Atualização	Utilização	Saldo final
Contingências cíveis (i)	24.087	18.580	(15.892)	23.668
Contingências Trabalhistas	96	4	(45)	-
Contingências fiscais (ii)	17.022	7.022	-	24.044
Saldos	41.205	25.606	(15.937)	47.712

(i) Contingências cíveis

Referem-se a ações contrárias movidas contra a Administradora, que tem como objeto discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de consórcio, sendo em sua maior parte, do juizado especial cível, e, portanto, limitados a 40 salários mínimos.

Causas possíveis

A Administradora é parte passiva em processos cíveis que discutem a nulidade de determinadas cláusulas contratuais cujos riscos de perdas, classificados como possível, foram estimados em R\$ 156.793 em 31 de dezembro de 2025.

(ii) Contingências fiscais

Referem-se as ações tributárias movidas pela Administradora que tem como objeto discutir as bases de cálculo do PIS e COFINS.

Causas possíveis

A Administradora possui processos fiscais referente principalmente a cobrança de créditos sobre insumos descontados na apuração de PIS e COFINS, cujos riscos de perdas foram classificados como possível no valor de R\$ 168.391 em 31 de dezembro de 2025, sendo R\$ 167.322 discutidos na esfera administrativa e R\$ 1.069 em discussão na esfera judicial.

13. Rendas Antecipadas

Refere-se a taxa de administração recebidas antecipadamente a diferir, conforme a seguir:

	Dez/2025
Taxa de Administração a Diferir	1.184.291
Total	1.184.291

14. Outras obrigações - diversos

Refere-se a valores a pagar para terceiros em sua maioria por serviços contratados, comissões e pagamentos para empresas do grupo Honda.

	Dez/2025
Contas a pagar	4.104
Provisão para pagamentos às concessionárias	49.107
Valores a pagar a sociedades ligadas	21.416
Provisão para dividendos	928.000
Outras	13.117
Total	1.015.744

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais)**15. Imposto de renda e contribuição social****a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Exercício findo em 31/12/2025	
	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	1.013.393	1.013.393
Adições:		
Contingências cíveis/trabalhistas	18.617	18.617
Contingências fiscais	7.012	7.012
Rendas antecipadas	229.518	229.518
Outras Adições	63.940	63.940
Exclusões:		
Contingências cíveis/trabalhistas	(19.123)	(19.123)
Despesas antecipadas	(248.602)	(248.602)
Outras Exclusões	(58.844)	(58.844)
Valor base para tributação	1.005.911	1.005.911
Alíquota base	150.887	90.532
Alíquota adicional	100.567	-
Incentivo	(955)	(337)
PAT	(56)	-
Impostos do exercício	250.443	90.195

b. Demonstrativo da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL devidos do exercício	250.443	90.195
Realização do crédito tributário diferido	5.644	2.032
Constituição do crédito tributário diferido	(8.333)	(3.000)
Total do IRPJ e da CSLL do exercício	247.754	89.227

A constituição dos créditos tributários e passivo fiscal diferido foram efetuadas com base nas receitas e despesas temporárias no período corrente.

O valor presente dos créditos tributários representa um montante de R\$ 28.308 e o passivo fiscal diferido um montante de R\$ 88.923 em 31 de dezembro de 2025, considerando-se a taxa Selic de 13,50% ao ano, as projeções são baseadas nas premissas dos eventos orçamentários internos do grupo Honda e são projetadas através de estudo realizado e aprovadas pela administração.

c. Realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2025

Imposto de renda	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
Adições temporárias:							
Contingências	8.969	1.420	651	296	178	414	11.928
Provisão para pagamentos às concessionárias	12.231	-	-	-	-	-	12.231
Outros	128	12	-	-	-	-	140
Total	21.328	1.432	651	296	178	414	24.299
Contribuição Social	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
Adições temporárias:							
Contingências	3.229	511	234	107	64	149	4.294
Provisão para pagamentos às concessionárias	4.403	-	-	-	-	-	4.403
Outros	46	4	-	-	-	-	50
Total	7.678	515	234	107	64	149	8.747
Total de créditos tributários	29.006	1.947	885	403	242	563	33.046
	87%	6%	3%	1%	1%	2%	100%

d. Realização do passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2025

Imposto de renda	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Adições temporárias:								
Resultado Diferido	(28.795)	(18.059)	(15.186)	(12.673)	(9.155)	(5.716)	(1.067)	(90.651)
Contribuição Social	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Adições temporárias:								
Resultado Diferido	(10.366)	(6.501)	(5.467)	(4.562)	(3.296)	(2.058)	(384)	(32.634)
Total de passivo fiscal diferido	(39.161)	(24.560)	(20.653)	(17.235)	(12.451)	(7.774)	(1.451)	(123.285)
	32%	20%	17%	14%	10%	6%	1%	100%

As realizações do total de créditos tributários foram estimadas de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e passivo fiscal diferidos foram estimadas de acordo com a expectativa de desfechos das ações para contingências provisionadas e o reconhecimento do diferimento de receitas e despesas mediante a satisfação de obrigação de performance.

16. Patrimônio líquido**a. Capital Social**

O capital social da Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda., está representado por cotas de R\$ 1,00 cada uma. A distribuição dos lucros é efetuada por decisão expressa dos cotistas na proporção de suas cotas.

	Dez/2025
Quantidade de Cotas do Capital Social	4.600

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a até 20% do Capital Social (Resolução BCB nº 66).

c. Dividendos

Conforme contrato social da Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda., os lucros terão a destinação que lhes for dado pelos sócios. A distribuição de lucros poderá ser feita sem obediência à participação dos sócios no capital próprio. Além da distribuição de lucros mencionada acima, a sociedade poderá ainda, a qualquer momento, declarar pagamento de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação em vigor.

A sociedade por deliberação dos sócios, poderá levantar balanço intermediário e distribuir entre eles o lucro então apurado, assim como distribuir lucros acumulados.

Em reunião realizada nos dias 25 de março de 2025 e 26 de novembro de 2025 respectivamente, foram deliberados pelos Cotistas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a distribuição de R\$ 230.000 de dividendos, tendo sido pago dentro do exercício e o valor de R\$ 928.000 provisionado em outras obrigações - diversos conforme detalhado na nota explicativa nº 14, que serão pagos da seguinte forma: R\$ 300.000 em 2026, R\$ 298.000 em 2027 e R\$ 330.000 em 2028.

17. Transações com partes relacionadas**a. Operações entre empresas do grupo**

A controladora direta da Administradora é a empresa Honda South América Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co. com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a prestação de serviços administrativos, utilização de bens imóveis e aplicações CDB junto ao Banco Honda, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controladas pela mesma controladora da empresa.

	2º Semestre		Dez/2025	
	Dez/2025	Pas-sivo	Re- (Des- ceita pesa)	Re- (Des- ceita pesa)
Moto Honda da Amazônia Ltda. (coligada)	-	2.078	-	(10.113)
Honda Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (coligada)	-	-	-	-
Corretora de Seguros Honda Ltda. ..	10	-	65	125
Honda Serviços Ltda. (coligada)	-	19.325	-	(61.751)
Banco Honda S.A. (coligada)	660.154	-	41.929	82.974

b. Remuneração da Administração

A Administradora não realiza pagamentos diretos de remuneração, fixa ou variável, aos membros da administração. Tais pagamentos são efetuados por outra empresa pertencente ao mesmo grupo econômico, responsável pela gestão centralizada das políticas de remuneração. Dessa forma, não há registros de despesas relacionadas à remuneração da administração nas demonstrações financeiras da Administradora.

18. Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Composição das receitas de títulos e valores mobiliários da Administradora:

	2º Semestre	Dez/2025
Certificados de depósito bancário	158.442	281.629
Cotas de fundo investimento	28.855	51.956
Total	187.297	333.585

19. Despesas Tributárias

Composição das despesas tributárias da Administradora:

	2º Semestre	Dez/2025
ISS	(25.698)	(49.051)
COFINS	(110.313)	(207.651)
PIS	(24.754)	(46.467)
Outros	(36)	(98)
Total	(160.801)	(303.267)

20. Outras informações

a. As aplicações financeiras da demonstração consolidada dos recursos de consórcio referem-se a aplicações em fundos de investimento de renda fixa.

	Dez/2025
Saldo Aplicado de Grupos de Consórcio em Andamento	3.330.851

b. Composição das despesas administrativas da Administradora:

	2º Semestre	Dez/2025
Despesas Serviços Terceiros	(765.568)	(1.548.063)
Despesas Financeiras	(36.933)	(70.840)
Despesas Comunicações	(4.851)	(9.245)
Despesas Comerciais	(21.661)	(44.843)
Outras Despesas Administrativas	(29.491)	(56.462)
Total Despesas Administrativas	(858.504)	(1.729.453)

c. Composição de Outras Receitas Operacionais da Administradora:

	2º Semestre	Dez/2025
Reversão de Provisões	10.127	22.774
Multa Compensatória	36.981	71.892
SIRCOF	85.546	166.996
Outros	74	128
Total Outras Receitas Operacionais	132.728	261.790

d. Composição de Outras Despesas Operacionais da Administradora:

	2º Semestre	Dez/2025
Provisões ações cível	(9.965)	(18.603)
Indenização ações contrárias	(3.550)	(6.476)
Outros	(687)	(3.879)
Total Outras Despesas Operacionais	(14.202)	(28.958)

e. Composição do Resultado Não Operacional:

	2º Semestre	Dez/2025
Intercompany	192	369
Outros	462	730
Receita Diversas	30.315	30.979
Total Resultado Não Operacional	30.969	32.078

f. Demais informações

Durante o exercício de 31 de dezembro de 2025, a instituição não operou com saldos de instrumentos financeiros derivativos.

g. Resultados recorrentes e não recorrentes

Atendendo às alterações exigidas pela Resolução BACEN nº 2/20, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os resultados divulgados pela Administradora são recorrentes. Dessa forma, não houve resultados não recorrentes no exercício apresentado.

21. Evento subsequente

Até a data de publicação dessas demonstrações financeiras, a Administradora não identificou nenhum evento subsequente relevante a ser reportado.

A DIRETORIA**Rodrigo Noboru Gondo** - Diretor Presidente**Arata Ichinose** - Diretor Executivo**Masaichi Kobayashi** - Diretor**Fabio Luiz Lourenço Favaron** - Diretor**CONTADOR** - Wagner da Silva Pereira - CRC SP - 353482/O -1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Aos Acionistas e Administradores da****Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.** *São Paulo - SP***Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. ("Administradora" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas de recursos de grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2025 e das variações das disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. ("Administradora ou Instituição"), em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.a às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar

pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6Mark Suda Yamashita
Contador - CRC SP - 1SP271754/O-9